

DECLARAÇÃO DE SANTARÉM

40 anos de Democracia, 20 anos de MANIFesta

– Velhos e Novos Desafios do desenvolvimento Local

Preâmbulo

Como se afirmou no MANIFESTO da primeira MANIFesta, realizada de 5 a 9 de Outubro de 1994 aqui nesta mesma cidade de Santarém, “*palavras velhas não servem a coisas novas*”. E nós, 20 anos depois, acrescentamos, “*palavras leva-as o vento*”, e por isso continuamos a MANIFestarmo-nos através da Festa, da Mostra e da Reflexão. E por esta razão, no momento em que a MANIFesta comemora os 20 anos do seu lançamento e no ano em que o 25 de Abril comemorou os 40 anos, quisemos mostrar a nossa actividade e vitalidade e fazer as nossas reivindicações através da festa e da mostra do que somos e queremos continuar a ser.

Tal como então afirmámos, manifestamo-nos porque, apesar das sucessivas crises que nos têm sido impostas, existe **afirmação de vitalidade** por parte dos cidadãos, das comunidades e das associações que animam e facilitam as iniciativas de desenvolvimento local em curso nos territórios; manifestamo-nos porque a manifestação constitui um permanente desafio à nossa própria actividade e incentivo à inovação; e manifestamo-nos porque este evento encerra uma **interpelação vigorosa e uma reivindicação necessária e oportuna** dirigida à sociedade portuguesa, em geral, e aos poderes políticos, em particular.

Como sempre dissemos, tal como em qualquer actividade humana, o FIM DEVE SER O PRINCÍPIO e, por isso, não nos esqueçamos dos termos e conceitos LOCAL E DESENVOLVIMENTO e da sua estreita inter-relação. Temos de reconhecer que existem identidades locais e que os LOCAIS são fonte de solidariedades e de potencialidades, mas também de protagonismos. E ainda que o DESENVOLVIMENTO não é apenas crescimento económico e que a economia não é tudo! As comunidades humanas têm dimensão social e cultural e não apenas produtiva! Nesta perspectiva dizemos NÃO às políticas e à economia que originam assimetrias e provocam desertificação. Dizemos NÃO à política e à economia que distribui o MUITO por POUCOS e o POUCO por MUITOS, gerando e reproduzindo exclusão social e níveis insustentáveis de pobreza. E dizemos NÃO à ausência de justiça social! Mas dizemos SIM à PARCERIA, à SOLIDARIEDADE e à ESPERANÇA que temos de realizar os nossos objectivos, e à retoma da DIGNIDADE HUMANA.

Participação da Sociedade Civil

CONSTATAÇÃO 1

Avaliou-se a participação da sociedade civil a nível local, nacional e europeu tendo-se constatado que existem muitas dificuldades, quer no envolvimento e participação, quer mesmo na auscultação das comunidades e actores locais na coisa pública relacionada com a vida da sociedade, em geral, e das comunidades locais, em particular. Constatou-se ainda que as dificuldades de envolvimento e participação da sociedade civil aumentam a partir do nível local para o europeu. Estas constatações foram evidenciadas através de exemplos concretos.

RECOMENDAÇÃO 1

Partindo da constatação de que a participação e envolvimento da sociedade em geral e das comunidades locais, em particular, é condição *sine qua non* para que haja Desenvolvimento,

há que inovar nos processos e práticas de envolvimento das populações. Não é indispensável, nem mesmo aconselhável, que todos sejam/estejam envolvidos em tudo. A participação e envolvimento dos actores sociais devem acontecer em função fundamentalmente dos seus interesses, disponibilidades e competências. Há, pois, que promover o exercício activo da cidadania através de novas formas e modelos de praticar a democracia.

Economia Social e Solidária e a Valorização dos Territórios

CONSTATAÇÃO 2

A Economia Social e Solidária desempenha papel fundamental na Valorização dos Territórios Locais essencialmente por:

- Promover a democracia através da participação activa e da justiça social;
- Contribuir para a territorialização das políticas públicas e sua adequação às realidades locais;
- Promover a coesão e integração social;
- Promover a sustentabilidade económica, social, cultural e ambiental dos territórios locais;
- Dar contributo significativo para as economias locais através da produção de bens e serviços e da redução dos circuitos de comercialização, aproximando a produção ao consumo;
- Planear e implementar as suas actividades a partir das necessidades das pessoas e das comunidades e dar respostas integradas em função do contexto social e cultural.

RECOMENDAÇÃO 2

Produzir um documento sobre estas questões com o propósito de servir de base para o aprofundamento da reflexão a realizar em seminário especificamente organizado para o efeito, a nível nacional, para posteriormente servir de instrumento de reivindicação junto dos poderes públicos. É necessário encontrar as formas mais adequadas para alcançar a autossustentabilidade das organizações da Economia Social e Solidária com o propósito de poder livremente, mas em parceria com os outros sectores, planear e realizar o Desenvolvimento dos Locais onde actuamos.

Juventude, Inclusão e Desenvolvimento Local

CONSTATAÇÃO 3

- O desemprego e as condições de precariedade nas relações laborais tem conduzido a que um número significativo de jovens licenciados recorram à emigração;
- Apesar de toda a informação disponível, persistem o desconhecimento e as dificuldades no acesso à informação sobre projectos de autoemprego e empreendedorismo jovem, os apoios à formalização de candidaturas e ao desenvolvimento de projetos, tal como sobre o papel das associações juvenis neste âmbito.

Por outro lado:

- verifica-se que as associações são espaços privilegiados no que concerne à implementação de projetos de experimentação capazes de conduzir a posteriores serviços de âmbito social e de desenvolvimento local;
- que as Federações Regionais de juventude são importantes na criação e desenvolvimento de serviços de apoio desconcentrados e de proximidade às associações e aos jovens;
- as estruturas associativas juvenis debatem-se com graves constrangimentos que poem em causa a sua sobrevivência.

RECOMENDAÇÃO 3

É necessário:

- criar melhores canais de comunicação e promoção, tanto do trabalho realizado pelas associações como sobre os apoios que estas podem disponibilizar aos jovens que pretendam desenvolver projetos de empreendedorismo social;
- continuar a desenvolver projetos e atividades em parceria/rede. Urge rentabilizar recursos e potencialidades;
- encontrar estratégias e mecanismos de apoio que contribuam para a sustentabilidade das organizações (apoios/prestações de serviços), devendo estas igualmente, e em paralelo, assumir um papel de dinamizadoras da economia local.

CONSTATAÇÃO 4

- Mantém-se um défice de participação cidadã dos jovens, não havendo da parte destes uma atitude de envolvimento no que respeita à apresentação de propostas e de soluções para os problemas que os afectam.

RECOMENDAÇÃO 4

- Urge inculcar nos jovens uma cultura de proatividade e empreendedorismo, a par da criação de um clima de confiança que os incentive a tomar a iniciativa no que respeita ao desenvolvimento de projetos de vida que entendam gratificantes e mobilizadores.

CONSTATAÇÃO 5

A juventude tem necessidades, expectativas e aspirações transversais. Vivemos numa sociedade em constante transformação, em que os jovens são também os catalisadores da mudança. Neste contexto, os valores que as associações juvenis promovem – justiça, solidariedade, entrega, responsabilidade, cooperação, consciência social, resiliência e altruísmo – são valores irrenunciáveis para o bem-estar e para a sustentabilidade da sociedade.

Por outro lado,

- os CMJ são importantes na dinamização do movimento associativo e juvenil como agente promotor do desenvolvimento local e,
- a União Europeia proporciona um conjunto de oportunidades aos jovens, nomeadamente através do programa ERASMUS (voluntariado, empreendedorismo juvenil, mobilidade, formação,...);
- a sociedade tem de mudar o modo de pensar e agir, passando a atender às necessidades e anseios dos jovens e das suas organizações.

RECOMENDAÇÃO 5

É importante:

- continuar a criar espaços e fóruns que fomentem e reforcem uma cultura de participação democrática em torno das discussões sobre as políticas municipais de juventude;
- que as escolas (educação) assumam um papel mais assertivo na formação dos jovens. Ou seja, urge sensibilizar os jovens para questões como as da cidadania, dos valores democráticos e da participação cívica, do desenvolvimento e da solidariedade;
- desenvolver políticas de juventude transversais às várias áreas de intervenção, nomeadamente nas do ensino, formação, emprego, habitação, saúde, cidadania, ...;
- promover projetos que estimulem a criatividade e o conhecimento dos jovens, o que é importante para o seu empoderamento no que respeita a competências técnicas e profissionais;
- dinamizar projetos/atividades que sistematizem e promovam as oportunidades de

- empregabilidade e empreendedorismo do mundo rural e da economia social e solidária, criando pontes entre a juventude e mundo rural;
- sensibilizar a juventude e a comunidade para os valores de Abril e a importância dos mesmos;
 - criar ao nível das Comunidades Intermunicipais (CIM) conselhos de juventude para definição de políticas regionais de juventude;
 - incentivar e partilha de experiência e ideias sobre a participação em programas comunitários;
 - desenvolver planos municipais de juventude.

A Assembleia considerou ainda ser necessário “não ficar pela contemplação da dor, das dificuldades e dos problemas mas, sobretudo, criar parcerias, projetos, atividades que potencializem o trabalho de cada organização e que se afira o que se pode fazer de diferente para estimular uma mudança nas culturas organizacionais e nas identidades, de modo a que todos sejam envolvidos num trabalho de desenvolvimento local e o bem-estar social das pessoas”.

O papel da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Local

CONSTATAÇÃO 6

A Agricultura familiar continua a ser um suporte à economia familiar como resposta ao *deficit* do orçamento familiar originado pelo desemprego e baixa de rendimento (baixa de salários e pensões). Contudo, constata-se também que a actividade agrícola já não ocupa o lugar que tradicionalmente detinha no meio rural verificando-se a emergência de novas actividades de outra natureza económica e cultural.

RECOMENDAÇÃO 6

Face ao papel da Agricultura Familiar, é fundamental que trabalhemos no sentido de que esta actividade seja acarinhada e apoiada não só pelos poderes públicos, mas também devidamente apoiada por programas nos próximos quadros comunitários.

Tomando em consideração que se verifica a emergência de novas actividades não-agrícolas no meio rural, recomenda-se o apoio à inovação de outras actividades ligadas aos territórios locais, potenciem as economias locais e a melhoria de qualidade de vida das comunidades locais.

Liderança e Gestão de Organizações de Desenvolvimento Local

CONSTATAÇÃO 7

A liderança e gestão de organizações de desenvolvimento local, tendo por base o percurso histórico do movimento do desenvolvimento local, foram analisadas em detalhe na tertúlia participada por três ex-presidentes da Animar (José Carlos Albino, David Machado e Rogério Roque Amaro) e outros participantes.

Da reflexão efectuada retiraram-se as seguintes conclusões:

- O movimento do DL teve origem na diversidade, designadamente:
 - 1 - Organizações Locais fundadas a partir das vontades de cidadãos preocupados como o desenvolvimento das suas comunidades e territórios (ex: ESDIME e In Loco);
 - 2 - Qualificação de Agentes de Desenvolvimento promovida, realizada no quadro de

acções de formação profissional especificamente organizadas para o efeito;

3 - Programa de Iniciativa Comunitária LEADER;

4 - Projectos de luta contra a pobreza;

5 - Iniciativas locais de cidadania.

- A dicotomia e sinergia dos meios rural e urbano na Animar;
- O papel das autarquias como fertilizador do movimento do desenvolvimento local;
- A capacidade de animação, organização e promoção do desenvolvimento local das Associações do Desenvolvimento Local;
- A questão do território e sua diversidade como dimensão importante e decisiva nas estratégias de desenvolvimento local;
- A entrada do conceito de desenvolvimento local no discurso político com consequências muitas vezes nefastas, pelo seu conteúdo. Isto é, por o discurso veicular ideias não adequadas ao verdadeiro conceito de desenvolvimento local.

RECOMENDAÇÃO 7

Face ao histórico do Movimento de Desenvolvimento Local e suas organizações, recomenda-se:

- que se promova e divulgue um Guia do Desenvolvimento Local e se dê a conhecer quem somos e o que somos;
- que a Animar analise e reflita sobre a sua estrutura orgânica a nível nacional e regional tomando em consideração a diversidade e a existência de outras estruturas da sociedade civil que perseguem objectivos idênticos, e actue na defesa política dos interesses e anseios do Desenvolvimento Local a nível regional e nacional.

Valor da Cultura Local e o Desenvolvimento Local

CONSTATAÇÃO 8

- Não há formas boas nem formas más de representação cultural. A tradição é uma coisa viva, cuja elaboração é sistemática;
- Existem actividades culturais populares vivas (quase sempre de carácter religioso) para as quais qualquer alteração é não só legítima como justificada. O essencial é sempre clarificar o que se pretende fazer e depois fazê-lo bem;
- A representação cultural não se esgota no folclore mas está presente e ocorre em inúmeras outras fórmulas;
- Existem representações fósseis (ditas folclóricas) que pretendem fazer representações coerentes no espaço e no tempo. Existem outras representações que se servem da cultura tradicional com o conteúdo melhorado ou simples inspiração;
- A cultura popular e o património imaterial, de uma forma geral, não podem continuar a ser menosprezados pelos poderes públicos.

RECOMENDAÇÃO 8

Porque todas as formas de representação das culturas podem e devem contribuir para a valorização, conhecimento e divulgação cultural, também na perspetiva do desenvolvimento local, recomenda-se:

- Que os agentes culturais da área da cultura tradicional, particularmente os grupos folclóricos, procurem qualificar o seu trabalho, recorrendo a parcerias com entidades e pessoas de reconhecido conhecimento e competência;
- A clarificação de critérios técnico-científicos para valorizar, avaliar e reconhecer o trabalho

dos agentes culturais locais;

- O estudo e registo rigorosos do património material e imaterial das culturas populares, partes indissociáveis dos ritos e formas constitutivas da identidade cultural do país.

Animação territorial

Nos territórios rurais consolidam-se organizações de economia social e solidária. Animam-se aldeias e constroem-se novas formas de criação de riqueza, tornando-as inovadoras e ativas perante os novos desafios do abandono da agricultura e do despovoamento. Em Brotas (Mora), no Juncal do Campo (Castelo Branco), em Chãos (Rio Maior), no Landal (Caldas da Rainha) e em Miro (Penacova), as associadas da Animar, ABROTTEA - Associação de Dinamização, Cultural, Histórica e Ambiental de Brotas; EcoGerminar - Associação de Desenvolvimento do Interior, de Promoção do Comércio Solidário, do Ecoturismo e de Luta à Desertificação; Cooperativa Terra Chã, CRL - Desenvolvimento Local, Artesanato e Serviços; CDCL - Centro de Desenvolvimento Comunitário do Landal e GSSDCRM - Grupo de Solidariedade, Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, vivem dinâmicas locais geradoras de emprego, de valorização das culturas locais, de emancipação e reconstrução de identidades, de restauração, de solidariedade social, de turismo ativo e de natureza e de conservação da natureza e da biodiversidade. Trabalhando em aldeias de 150 a 300 habitantes, tornaram sustentáveis projectos de criação de riqueza cuja face mais visível são os 100 empregos criados, no total das aldeias.

Tendo estabelecido contactos no seio de projetos formais, hermeticamente fechados e de visão “top-down”, souberam identificar oportunidades de cooperação e de aprendizagem partilhada, souberam interagir e criaram a REDE de Aldeias Inovadoras e Ativas, que se tornou visível nesta MANIFesta com a realização da Assembleia Comunitária de Aldeias Inovadoras e Ativas:

- 1 - Afirmam a pertinência dos projetos formais, hermeticamente fechados e de visão “top-down”, manterem vias abertas para a animação e consolidação de processos, inicialmente, de base informal, que possam emergir no decurso das suas “curtas vidas”;
- 2 - Reafirmam a pertinente necessidade de multiplicar a troca de experiências e saberes; a necessária transferência de processos e de produtos e a salutar construção cooperada de dinâmicas que uma ou outra organização cívica e solidária soube consolidar e que, desde necessariamente enquadrada, pode despoletar novas sustentabilidades nas aldeias da Rede AIA ou ainda levar esse conhecimento de experiências feito a outras aldeias;
- 3 - Reafirmam a pertinência de estruturar e conceber projectos e financiamentos a partir do local, a partir de uma construção participada de problemas, de expectativas e de visões, como condição essencial, insubstituível e inadiável, para um local com valores, com oportunidades e com sustentabilidade económica e social.

*Santarém, 12 Outubro de 2014
X Assembleia MANIFesta*

Proposta

Nas cidades, vilas e aldeias, vive-se hoje uma mudança de paradigma, da urbe que cresce para o da urbe que se renova – a urbe não pode continuar a crescer!

Mas a renovação, a recuperação do parque habitacional construído, exige mecanismos diversos, tanto de facilitação dos processos de regulação técnica e administrativa, como de acesso aos meios financeiros disponíveis.

A atual legislação nacional concede benesses fiscais a este tipo intervenção, mas temos que ir mais longe. Urge que o orçamento do estado português a tenha em conta, como no passado aconteceu com programas como o RECRIA e o REHABITA.

Assim propõe-se que a Animar inclua no seu “caderno reivindicativo” esta preocupação, colocando ao Governo Português e aos grupos parlamentares de todos os partidos esta preocupação, no sentido de ser retomada a execução do programa RECRIA/REHABITA que se encontra suspenso (e sem financiamento atribuído), ou a criação de novo programa com os mesmos objetivos

(Submetida por Nuno Domingos à X Assembleia MANIFesta e por esta aprovada)